

editorial

As conferências para elaboração de propostas de políticas públicas representam maiores possibilidades de interlocução e diálogo entre movimentos sociais e governos e são um dos mecanismos de aprofundamento da democracia.

Foi assim na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tema que Maria Lucia Silveira aborda em seu artigo nesta edição.

A Conferência foi uma experiência importante para o movimento, levou para Brasília mulheres do campo e das cidades, militantes feministas, de ONGs, dos movimentos sociais. Foram dias cheios de debate e esperamos que as propostas aprovadas e agora apresentadas ao conjunto do governo federal se tornem de fato não só referência, mas realidade.

Sabemos que a construção da igualdade para as mulheres passa por transformações globais em todos os planos da realidade. Por isso insistimos no tema da mercantilização de nossas vidas, denunciando a publicidade sexista e a imagem distorcida produzida cotidianamente nos programas de televisão.

Reificação dos nossos corpos e vidas? O feminismo combativo vem denunciando a mercantilização, a coisificação do corpo das mulheres. Por isso consideramos fundamental fomentar esta discussão, para que contribua para a construção de uma visão crítica que mude esta realidade e gere ações e lutas.

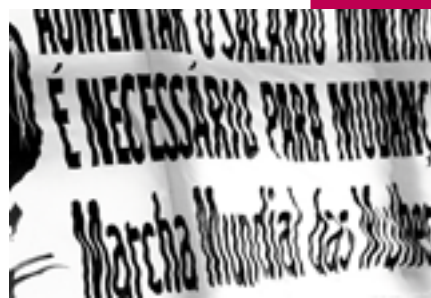
As Sempre vivas



Fotos: Karol Kalef



Em Brasília: diálogo e apresentação de propostas e prioridades para as mulheres



Conferência: princípios e diretrizes para a igualdade de gênero

Por Maria Lucia da Silveira

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres pode ser analisada a partir de vários aspectos, desde o processo de debate desencadeado em vários pontos do país até as possibilidades concretas de conformar uma agenda política nacional mais coerente para a ação do Estado em suas diferentes esferas.

Mas, além da demonstração da vontade de participação política de amplos setores de mulheres de diferentes áreas de atuação, o resultado mais importante foi o estabelecimento de princípios e diretrizes que colocam a necessidade de políticas integradas de gênero na direção da igualdade e na criação de organismos políticos nos governos para traçar as políticas de igualdade de gênero, dando-lhes coerência e unidade.

Esse é um novo patamar que chama à responsabilidade política dos organis-

mos de políticas públicas para mulheres onde eles existem e traça diretrizes claras para a construção de organismos onde eles ainda não existem com autonomia e capacidade operativa e política, com poder para dialogar com diferentes setores de governo.

Velhas e novas feministas, batalhadoras dos movimentos de mulheres e sociais em geral estiveram presentes dialogando com as gestoras de diversas áreas de governo e estabelecendo um espaço público de interação onde diálogos e controvérsias foram enfrentados.

Os diversos movimentos, como a Marcha Mundial das Mulheres e outras redes e entidades, entraram no debate, formularam suas prioridades, debateram suas agendas e deixaram claras suas posições políticas.

Um tema fundamental para a auto-

continua na página 2

continuação da capa

nomia e cidadania das mulheres, bem como do controle de sua vida, de seu corpo e saúde, como a legalização do aborto, foi aberto e maduramente debatido, reconhecendo-se coletivamente a necessidade de enfrentar e fortalecer o movimento de mulheres para conquistar esse direito e, o mais relevante, foi uma recomendação aprovada por ampla maioria, que encarrega também a Secretaria de Políticas para as Mulheres de encaminhar esse debate junto ao Estado, essa que é uma das diretrizes mais importantes recomendadas pela I Conferência.

Temos agora a responsabilidade de analisar a conjuntura política do movimento de mulheres, fazer um balanço nos nossos movimentos para dar respaldo, sobretudo às diretrizes aprovadas e fiscalizar a elaboração do Plano que estabelecerá as prioridades da Secretaria para o conjunto do governo.

Mudar o modelo econômico

Nossa participação como movimento, disputando na sociedade civil as nossas propostas feministas e de transformação das condições econômicas e políticas do país que permitam melhorar a vida de milhares de mulheres foi positiva.

Não permitiremos mais que as mulheres sejam vistas como instrumentos das políticas públicas, inscrevemos no olhar das políticas públicas de gênero uma visão crítica das políticas familistas e, mais importante, colocamos as mulheres organizadas como sujeito, capazes de dizer aos governos que nossas prioridades exigem uma mudança no modelo econômico que subordina o país, estabelecemos nossa prioridade de lutar pela recuperação do Salário Mínimo, que beneficiará a maioria das mulheres rurais e urbanas, debatemos a Alca e exigimos a inserção soberana do país nas negociações internacionais, mostrando que tudo isso interessa às mulheres e que não abriremos mão desse debate.



Conferência contou com a participação de diversos movimentos, entre eles a Marcha Mundial das Mulheres

As políticas de igualdade apontam no horizonte como princípio articulador e a construção de denominadores comuns de atuação com as mulheres negras, indígenas, deficientes, rurais, jovens, etc com políticas de ações afirmativas na direção da igualdade étnico-racial e de gênero foram destacadas.

Porém, problemas e tensões, talvez em virtude da pouca familiaridade de debates de eixos e prioridades para uma política pública nacional e escassez de espaços coletivos para enfrentamento das diferentes visões acabaram por gerar uma fragmentação e enfraquecimento de propostas políticas no campo das discussões das diretrizes que deveriam unificar o debate. A abundância de emendas que particularizam e segmentam as mulheres, como no caso das negras e indígenas, acabam por enfraquecer o debate político que todas as mulheres devem fazer no terreno da igualdade étnico-racial. Mas esse é um tema que precisa ser enfrentado, mas compreensível porque resultante da afirmação de coletivos sociais que exigem visibilidade.

Saldo positivo

A Conferência teve um saldo positivo porque diversos setores do movimento nela interferiram e colocaram sua experiência e energia para que tivéssemos um debate político à altura de nossas responsabilidades. Isso não foi plenamente obtido. O exíguo espaço para discutir os desafios políticos, tanto da fala dos representantes do governo como das representantes da sociedade civil e o

balanço da ação governamental não fez jus à nossa disposição de colaborar para desenhar estratégias para a democratização do Estado do ponto de vista da transformação das relações de gênero no contexto das relações sócio-econômicas do país.

Tal debilidade, inclusive dificultou que o debate dos grupos e as diretrizes resultantes se concentrassem plenamente nas prioridades políticas e acabassem por debilitar muitas das diretrizes inspiradas nos debates estaduais que condenavam aspirações resultantes do acúmulo de muitas políticas já experimentadas Brasil afora.

O arsenal de propostas é evidentemente positivo e democrático, porém diretrizes e prioridades para a agenda de políticas de igualdade em um Estado que ainda não é totalmente permeável às demandas de igualdade de gênero e raça/etnia vai exigir redobrado esforço para que nossas pautas não sejam traduzidas na tradicional lógica de considerá-las adendo às políticas principais. Haja vista o próprio discurso do Presidente e recentes declarações que atribuem à família, leia-se às mulheres, a responsabilidade da ação do Estado, o que nos revela que temos que estar vigilantes e, mais: que tenhamos nossa própria agenda política de lutas para um outro mundo possível e nós mulheres teremos que estar à frente das transformações necessárias em nosso país.

Feminista, socióloga da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo e doutora em Sociologia.

Um corpo que cai: a reificação dos corpos pela publicidade*

Por Simone Formiga

Parece não haver mais dúvidas de que um estudo aprofundado da publicidade pode contribuir muito para o entendimento da sociedade que a produz. Além de refletirem comportamentos, os anúncios publicitários apontam para tendências futuras de papéis sociais a serem desempenhados pelos indivíduos. A publicidade vende muito mais “estilos de vida, sensações, emoções, visões de mundo, relações humanas, sistemas de classificação, hierarquia”, do que os produtos que anuncia. Ela classifica, estratifica, determina posições sociais, ajuda a construir os gêneros feminino e masculino.

A reificação do corpo feminino talvez tenha sua origem no início da Idade Moderna. Apesar de não ter o mesmo valor para os dois sexos, a beleza é padronizada. O padrão de beleza muda ao longo dos tempos, o que era “belo” no passado não o é mais nos dias de hoje. Porém, cada época possui um padrão. Mesmo num mundo pós-moderno, em que tanto se fala da pluralidade e da diversidade, a beleza possui um ideal. Isto pode ser confirmado no anúncio da Sannavita, em que a legenda reafirma que os gordos são excluídos, não há espaço para eles no mundo.

Fragmentação de corpos

Por utilizar o ideal de beleza para vender seus produtos, a publicidade acabou fragmentando os corpos. O advento da fotografia e do zoom, contribuiu para esta forma de representar. Os anúncios exploram partes do corpo, estabelecem padrões para essas partes e acabam criando “uma imagem de quebra-cabeça da beleza”. Essa fragmentação colabora muito para a reificação dos corpos. Nas revistas, geralmente encontramos bocas, olhos, peitos, pernas, bundas etc sem rosto, sem identidade. Parecem simples objetos.

Quando a publicidade junta o ideal de beleza com a fragmentação do corpo reifica este corpo e o coloca no mesmo



Ilustração de Lara Croft

Modelos virtuais se proliferam e influenciam a construção do padrão estético

nível dos objetos que anuncia. Encontramos, com bastante facilidade, anúncios que estabelecem suas qualidades a partir das qualidades estéticas do corpo feminino ou de parte dele. Chegamos a encontrar peças que falam do design do produto como tão bom quanto o do corpo feminino, como se esse corpo fosse um objeto projetado e produzido em série.

Ao anunciar seu carro a Scénic, fábrica da Renault diz: “um caso raro” que é “reconhecido pela inteligência e também pelo corpinho”. À inteligência do carro são atribuídas suas inovações tecnológicas e ao seu corpinho seu design.

A palavra “corpinho” é uma referência ao corpo feminino, às suas proporções, ao seu valor estético, ao presumido que o corpo feminino encarna a beleza. O caso raro se dá por conta do fato de que mulheres não costumam ser inteligentes. Poderíamos, aqui, citar inúmeras piadas sobre loiras burras. No imaginário popular, mulheres bonitas e “gostosas” geralmente são burras, as inteligentes costumam não corresponder aos padrões estéticos determinados pela mídia.

A computação gráfica introduziu

uma série de novas personagens: os modelos virtuais, que habitam a internet, as telas de cinema, os games, e que colaboram na construção do padrão estético corporal, na medida em que são inspiradas em partes dos corpos das “mais bonitas mortais”. São configuráveis.

Ora, se é possível armar mulheres, se modelos virtuais são criadas a partir de partes de top models, se qualquer um hoje pode esculpir seu corpo através de cirurgia plástica, implante de próteses, ginástica e musculação, não é de se estranhar que não tenhamos mais um conceito de corpo ideal na sua totalidade. Temos um padrão estético para cada parte do corpo e tecnologia suficiente para “reformatar” cada uma delas.

Indústria lucrativa

Acredito que a busca pelo corpo ideal está muito mais relacionada com a mídia, que divulga os modelos a serem seguidos. Toda essa preocupação com a estética gera muito dinheiro. Publicações especializadas, academias de ginástica, produtos dietéticos, complementos alimentares, cirurgias plásticas e toda sorte de serviços e negócios voltados para a construção dos corpos formam uma indústria altamente lucrativa.

Quanto mais inatingível for o corpo ideal e quanto mais avançada for a tecnologia capaz de levar os indivíduos a chegarem perto do modelo imposto pela mídia, maiores serão os recursos gastos nesse sentido. E a publicidade é um retrato da sociedade. Ela demonstra, por meio de seus anúncios, as relações sociais de poder, estabelece comportamentos, determina os gêneros e os papéis sociais. Constrói e reifica os corpos para poder vendê-los como mais um de seus produtos.

* Artigo na íntegra publicado na Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal Fluminense. Também estará disponível em www.sof.org.br.

29 de agosto: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Por Mariana Pessah

Em 1948 a cultura patriarcal, androcêntrica, redigiu a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, conhecida como a “Declaração Universal dos direitos do HOMEM”, numa demonstração fiel e explícita do sexismo da linguagem. Se não somos as mulheres que ocupamos nosso espaço as palavras nunca vão nos pertencer, nossa luta enquanto lésbicas, enquanto feministas, é a de construir uma nova linguagem que nos inclua.

Quando as lésbicas são chamadas de gays ou de homossexuais femininos, está se falando unicamente de uma orientação sexual diferente da norma, mas quando falamos de lésbicas, se acrescenta uma outra conotação. Na sociedade patriarcal, onde o importante sempre é o masculino, um casal de mulheres é, também, um ato de resistência, de rebeldia.

É por isto que é importante reivindicar a palavra lésbica e o Dia da Visibilidade, porque este dia, o 29 de agosto, é

de *luta*, um dia de afirmar nossa rebeldia numa sociedade que não nos contempla, de demonstrar as forças que temos para a construção de um mundo melhor. E é também um dia de *festa*, porque como dizia a feminista Ema Goldman, se não posso dançar, não me interessa tua revolução.

Quero homenagear aqui algumas mulheres de diferentes países, que ajudaram a construir nossa história, escrevendo, fotografando, pensando, lutando por uma vida digna: Gloria Anzaldúa, Chavella Vargas, Adriane Rich, Cherrie Moraga, Clarice Lispector, Rosely Roth, Audre, K. D. Lang, Alicia D’Amico, Monique Witting, Safina Newbery, Claudia Hinojosa, Martina Navratilova, Felipa de Souza, Helen Degenares, Cássia Eller, entre outras e outras e outras ...

Militante lésbico-feminista, coordenadora do grupo Mulheres Rebeldes – Porto Alegre-RS

o que rola

10º Grito dos/as Excluídos/as



No dia 7 de setembro iremos nos mobilizar para o Grito dos/as Excluídos/as, momento que se afirma como encontro dos mais diferentes atores sociais, elo de ligação e articulação entre eles para a construção do Brasil que queremos.

O 1º Grito dos Excluídos ocorreu em 1995, com o tema “A vida em primeiro lugar”, várias entidades como CNBB, MST, CMP, CUT iniciaram a sua realiza-

ção com uma reflexão sobre a exclusão social. Desde então o Grito vem mobilizando a sociedade. O dia 7 de setembro, Dia da Independência, aponta para o significado do Dia da Pátria, que vem mudando ao longo destes anos. Aos poucos nasce o sentido de semana de cidadania com a participação popular e dos próprios excluídos.

A realização do Grito está na agenda nos movimentos sociais. As ruas e praças ganham um contorno diferente, com milhares de pessoas expressando seu descontentamento com a situação do país e mostrando seus desejos e anseios numa sociedade de justiça e solidariedade. A Marcha Mundial das Mulheres participa da organização do ato de São Paulo, que será às 10 horas, no Monumento do Ipiranga.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da EED.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50

sof
 SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876
 Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
 Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- CARTA DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2005



sobra da página 3

seus anúncios, as relações sociais de poder, estabelece comportamentos, determina os gêneros e os papéis sociais. Constrói e reifica os corpos para poder vendê-los como mais um de seus produtos.

Artigo na íntegra publicado na Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal Fluminense. Também estará disponível em www.sof.org.br.

Simone Formiga é professora....